

**A LEI E SEUS SUJEITOS: UM OLHAR SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI
10.639/2003 NA REDE ESCOLAR DE MULUNGU-CE**

Regilene Alves Vieira

Bacharelado em Humanidades e cursando História - UNILAB

E-mail: regilene05_alves@hotmail.com

Em 2003 foi sancionada a Lei 10.639 que tornou obrigatório o ensino sobre história e cultura dos afro-brasileiros, incluindo o estudo da história da África e dos africanos em todas as instituições públicas e privadas. Essa nova legislação é fruto de uma luta ancestral dos afro-brasileiros, visto que, eles almejam respeito, educação de qualidade e valorização de sua identidade enquanto negro na sociedade brasileira. Por reconhecer a importância da legislação que propõe uma nova educação para as relações étnico-raciais, o presente estudo é um desdobramento de meu trabalho de conclusão de curso e objetiva apresentar como está sendo o processo de implementação da Lei 10.639 na Escola de Ensino Fundamental Hermenegildo Rocha Pontes, localizada na cidade de Mulungu, Maciço de Baturité, Ceará. Para dar conta deste intento, utilizou-se a metodologia de história oral, através de entrevistas com a secretária de educação do Município e com três professores da área de história da escola. Como as exigências da Lei 10.639 são percebidas por gestores e professores da rede municipal de Mulungu? Que estratégias foram formuladas e praticadas para garantir o cumprimento da Lei? Quais as dificuldades enfrentadas para os trabalhos com os novos conteúdos? Até onde se avançou no cumprimento do que preconiza a Lei? Qual a percepção de professores e gestores da eficácia do ensino destes conteúdos na superação de noções e práticas racistas entre os estudantes? Este conjunto de perguntas configurou a problematização que orientou a pesquisa que resultou no estudo aqui apresentado.

Palavras-chave: Educação. Lei 10.639/2003. Movimento negro.